Ata Reunião Ordinária do dia 23 de Fevereiro de 2017

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora-MG realizada em 23 de Fevereiro de 2017 (quinta-feira) em primeira chamada às 18h30min, em segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselho Municipal de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os seguintes assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Continuação da discussão e deliberação das matérias: 2.1) - Participação dos Profissionais de Saúde nas reuniões dos CLS/CRS. Propositor: Pleno do CMS 21/12/16. Expositor: * Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - Secretária de Saúde. * Andréia Goresck - Secretária de Administração e Recursos Humanos. * Dr. Edgard de Souza Ferreira - Procurador Geral do Município. 2.2) - Mudança da forma de Gestão do componente básico da Assistência Farmacêutica pelo Estado. CIBSUS/MG-2416 de 17/11/16. Propositor/Expositor: Mariano Miranda - SSEIN/SS. **Deliberações CMS 23/02/17: 1) Participação dos Profissionais de Saúde nas reuniões dos CLS/CRS. 1.1) Solicitar a senhora Secretária Elizabeth Jucá, agendamento de reunião com o senhor Prefeito Bruno Siqueira, para expor o assunto, com pedido de providência. 2) Thiago Horta a título de informação fala sobre o Projeto Piloto a ser desenvolvido na UAPS Jóquei Clube 2, sobre horário de funcionamento da unidade "não mais fechando para almoço". Horário diferenciado por adesão/escala por equipe. Há que se alterar a resolução que trata do horário de funcionamento das UAPS deliberar especificamente sobre o projeto, no CMS em março/2017. 3) Deliberado <u>pela não adesão</u> do Município de Juiz de Fora, CIB-SUS 2416 de 17/11/16. "Aprova a Estratégia da Regionalização da Assistência Farmacêutica (ERAF) e as normas de financiamento do Componente Básico do Bloco da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito do SUS-MG". Res. 470/17. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Boa noite a todos. Havendo quorum regimental nós vamos dar início à reunião, eu vou passar para o Jorge para ele ler algumas justificativas. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite. Justificar ausência do Marco Antônio do Hospital Maternidade Terezinha de Jesus, do Antônio Carlos de Santana do SINSERPU, da Maria Alice de Freitas da Região 7, do Adilson, e aí ontem o Adilson protocolou aqui Samantha pedindo para sair da Comissão de Normas, então depois vamos ter que resolver isso. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** O nosso primeiro ponto de pauta é aquela discussão que a gente já fez com relação à participação do profissional de saúde nos conselhos, eu falo os conselhos porque a gente acaba pegando tudo, quem vai falar sobre o assunto é o Thiago Horta. **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário da Atenção Primária a Saúde):** Eu fiz uma brincadeira com o Jorge e dei uma risada, porque essa pauta já é a quarta salve melhor juízo com relação à questão da definição da participação dos profissionais de saúde nas reuniões de Conselhos Locais e também de Regionais. Essa pauta nós já havíamos como assim o fiz nas reuniões passadas elas só podem ser decididas, ou seja, só podem aqui afirmar a participação e evidentemente a compensação dessas horas pela SARH, tanto é que a convocação ela foi feita dirigida a SARH e também se eu não me engano a Procuradoria Geral do Município, se vocês estão lembrados e certamente o Jorge vai manifestar aqui a ausência da resposta da SARH, mas só para não perdemos o registro do que estamos falando, inclusive já manifesto pela Subsecretaria de Atenção Primária para a Secretaria de Saúde essa situação, é que a participação desses profissionais elas estariam condicionadas há uma compensação dessa carga horária de participação nas referidas reuniões no horário funcional, então como se fosse uma campanha de vacina, ou seja, uma compensação, para que isso ocorra é preciso que haja por parte da SARH uma identificação no ponto biométrico, como vocês sabem começou a ser efetivamente utilizado o ponto biométrico nas unidades de atenção primária, ou seja, o biométrico é aquele registro do ponto através do dedo, sendo assim então no decreto que instituiu a biometria carece de uma norma ou de um código para abono dessas participações. No entendimento Jorge que eu já havia manifestado aqui a SAPS ela reconhece que essa participação Bismarck em reunião de Conselho Local é hora extraordinária, é hora extra, portanto passível de compensação, só que esse meu entendimento é do Thiago Subsecretário de Atenção Primária e é um entendimento opinativo, porque esse entendimento ele tem que ser pela Secretaria de Recursos Humanos que é a Unidade Gestora das atividades funcionais, é ela que tem que dizer "Não, a participação de trabalhador em reuniões de Conselho não é uma participação a título voluntário, é sim uma participação extensiva das suas funções enquanto trabalhador", quem tem que bater esse martelo é a Secretaria de Recursos Humanos por ser ela a responsável por isso, então fica aqui a manifestação já reiterada da posição da SAPS com relação à participação que o entendimento é sim hora extra, mas me parece que isso não é consenso e quem tem que bater o martelo, quem tem que dirimir essa dúvida é a SARH, e é oportuno dizer parabenizando a Mesa Diretora aqui do Conselho e também a Procuradoria Geral do Município a PGM. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Eu tinha falado com o Jorge que eu não tinha encontrado um gancho mais agora eu achei um gancho, se a RH não quiser se pronunciar nós vamos chamar o Promotor e ele vai mandar ela se pronunciar porque ou ela pronuncia a favor ou pronuncia contra, mas o direito de pronunciar é dela, portanto Jorge a partir da reunião de hoje a gente tem 30 dias para fazer um documento e mandar para RH e mandar ela se pronunciar, se ela não quiser se pronunciar nós chamamos o Promotor porque quem tem cargo tem que ter coragem e vontade de colocar as coisas para frente, esses chefes que tem por aí é que atrapalha o desenvolvimento do Brasil, é isso que atrapalha. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Boa noite a todos. Essa situação já virou piada, sempre vindo para o colo dos conselheiros e a qual que nós não temos poderes, eu estava até conversando com a companheira Samantha que a minha preocupação e acredito que é a preocupação de todos nós é a situação dos conselhos, Conselho Local, Conselho Regional e até Municipal, ver a frequência aqui porque eu estou nas três instâncias, Conselho Local, Regional e Municipal, e se nós não definirmos essa situação, nós que eu digo é porque está no colo dos conselheiros mais a RH, a Secretaria de Saúde não definir essa situação Presidente vai ficar muito difícil para que nós tenhamos Conselhos Locais e Regionais, e com informações porque nós necessitamos nos Conselhos Locais a participação dos profissionais para que nós possamos saber do funcionamento das unidades, hoje a frequência dos profissionais a nível Local e Regional é quase idêntica a

esse momento que nós estamos nele, então eu peço que todos nós peçamos a Deus para que nós achemos essa luz no fim do túnel. Porque inclusive eu e a Samantha estávamos conversando nós fizemos parte da Comissão Legislação e Justiça de Normas, e nós estamos preocupados porque nós já estamos atrasados aí com o processo das eleições, então não é culpa nossa, porque inclusive companheiro Jorge eu acho que se nós tivéssemos hoje essa reposição do companheiro Adilson que é uma grande perda, a reposição da companheira Sandra que foi uma grande perda que nós tivemos no dia de ontem, para que nós possamos ter até a companheira Presidente aí da Comissão, porque nós temos as reuniões extraordinárias da Comissão para que nós possamos dar espaço para as eleições, muito obrigado. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite. Eu acho que não tem mais aonde conversar porque o que nós tínhamos que fazer nós já fizemos, essa situação ela não vem de agora, aí eu fui agora resgatar toda a documentação e nós estamos aqui falando de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, e uma situação que num determinado momento ela foi pacificada com o Zé Geraldo admitindo mais aí começa aquele jogo de documento, vai para lá, vem para cá, e querem que o Conselho assuma aquilo que é de competência exclusiva da Prefeitura, não é o Conselho que vai dizer se é hora extra ou se não é, não é o Conselho que vai dizer se é banco de horas ou se não é. E aí a gente começa a resgatar documento, eu tenho um documento aqui através do Alexandre Jabor o então Procurador do Município, AJ/SARH datado de 30 de junho de 2009, onde ele diz que a competência para dizer é da AJ da Secretaria de Saúde, aí a Simone Porcaro faz um documento encaminhando ao excelentíssimo Procurador Gustavo Vieira, aí o Gustavo Vieira vai lá e fala que é indefinitivo "Destaque segunda linha de raciocínio retro esforçada, opino pela remessa do presente expediente a AJ da Secretaria de Saúde", aí a Simone Porcaro ela tem o seguinte desfecho, ofício 225 de 2009 e nós estamos falando de 2009 eu quero frisar isso porque não é de agora, "Porém o entendimento dessa AJ, pois conforme se leu o artigo 77 da Lei Municipal que todos nós sabemos essa é a grande dúvida, somente será autorizada a prestação de serviço extraordinário para o atendimento de situações excepcionais e transitórias por imperiosa necessidade para execução de tarefas cujo o adiamento ou interrupção importe em prejuízo manifesto para o serviço", aí fica aquela coisa do interpretar. É importante ou não é importante? O que fazer? E aí nós estamos já vindo e mais uma vez estamos aqui, e aí ofício 251 sexta-feira dia 17 de fevereiro de 2017 a gente pede a SARH para resolver isso, aí a Andréia manda que infelizmente não pode participar, eu acho que nós temos que sair desse muro do Conselho e procurar o excelentíssimo senhor Prefeito Bruno Siqueira porque a gestão maior é dele, porque dentro da Secretaria de Saúde ela também não tem a competência para legislar em cima do estatuto que veda, o estatuto diz e é claro, eu já conversei isso e não adianta o estatuto não dá essa brecha, então alguma coisa tem que ser feita e tem que ser levado porque aí o Cosme tem toda razão, não venham com discurso que vai ter Conselho Local sem profissional porque a auditoria está lá em cima da mesa, os Conselhos Locais hoje tem o reconhecimento através do Conselho Nacional, através da legislação, Juiz de Fora é percursor nisso, então não vamos falar aqui que vai ter Conselho Local sem o profissional, é conversa fiada, não vamos atravessar e enfiar de goela abaixo. Então precisa Thiago e você está aqui e não estou te colocando no fogo, mas é preciso dizer da irresponsabilidade que está se fazendo com esse processo porque serei um que vou ao Ministério Público na condição de cidadão e suspender a eleição do Conselho, porque a Secretaria vai ter que decidir isso, eu vou fazer como cidadão porque não estão, 2009 e nós não estamos falando de 2011, nós não estamos falando de 2017, e o Conselho é constituído no âmbito local e regional de governo que é a supervisão da unidade conforme a resolução 86 elas são obrigadas a participar e não participam, dos profissionais e lá não tem prestador e dos usuários. Aí nós temos outro problema e está aqui, tem que resolver isso aqui também, a Promotora ajuizou a ação com relação ao ponto biométrico porque desde 2010 que vem se arrastando essa questão do cumprimento da biometria ou não, aí tem aquela discussão então está aqui. E Guido nesse momento eu acho que trazer o Ministério Público para esse momento não, nós temos que chegar lá agora e ligar e falar "Prefeito nós temos um empasse", assim como fizemos em outras situações como a gestão das UPA's que era de interesse comum, porque caso contrário Samantha eu vou ingressar em juízo no Ministério Público porque não vai continuar essa coisa, então nós vamos para o Federal porque não dá mais, eu acho que as coisas precisam ser mais bem resolvidas. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Boa noite a todos. Isso está angustiante, porque a gente tem uma lei que foi feita e que tem lá a participação dos profissionais de saúde no Conselho e isso está no nosso regimento interno, e se a gente também não cumpre o que está no nosso regimento e nem nas nossas resoluções a gente pode rasgar ele e jogar fora, esse é o meu entendimento, porque a gente também nem nós estamos respeitando o nosso regimento, porque se o regimento a resolução eleitoral ela fala da participação dos profissionais no Conselho e a questão dos 20 e os 10, e a gente fala assim "Está tudo bem, a responsabilidade é deles" só que eles não querem assumir essa responsabilidade isso já ficou claro e ficou tão claro que essa discussão banalizou para nós, por exemplo, eu gostaria de ver aqui hoje vários profissionais defendendo a causa e eu não estou vendo. Onde estão os profissionais? Onde está o representante do profissional desse Conselho para defender a classe? O meu segmento é usuário, então eu vou e defendo e aí vem outra pessoa e defende ao contrário, então quem tem que fazer essa defesa são os trabalhadores, e é o que eu disse na outra reunião é oneroso para ele sim porque eles trabalham até as 17h00min vai embora para casa e volta as 19h00min, para os outros profissionais, eu quero deixar bem claro o que o Jorge falou aqui as supervisoras de unidade não estão participando das reuniões de Conselho e por decreto elas tem que participar está lá escrito, então Thiago isso eu gostaria que você colocasse para elas na reunião de gerentes porque elas não querem nem abrir a unidade para ter reunião de Conselho "Eu não vou voltar aqui". Como assim? Elas estão ganhando para isso, os outros eu fico quieta agora elas eu não fico, os outros profissionais, por exemplo, se tiver um enfermeiro que está participando ele não, se tiver o médico não, se tiver um agente não, mas a gerente está na portaria ela recebe para participar da reunião de Conselho e tem umas que não querem nem abrir a unidade de saúde, então é muito sério isso, então a gente tem que rever Thiago, se quiser ficar desse jeito é só pegar os livros e ver a

gerente que participa, tem gerente que o conselheiro fala que nunca viu e nem conhece, quer dizer não participa, então tem que rever. Quando a gente fez a lei não foi isso que a gente decidiu? Porque é de livre nomeação então tira, muda, porque se ela não pode participar da reunião do Conselho é só sair porque é uma das atribuições dela, eu concordo eu acho que a gente tem que ir mais além, eu vou ser muito sincera Guido eu tenho pavor e horror de quando a discussão antes de chegar nesse plenário do Conselho vai para o Promotor, chega a me doer o estomago porque a gente tem que esgotar todas as nossas possibilidades aqui, agora eu acho sim que nós temos que sentar com o Prefeito para conversar e não é só isso tem várias coisas que tem que sentar com o Prefeito porque ele tem que saber, porque eu acho que ele não sabe então deixa passar o carnaval e aí a gente vê o que vai fazer, obrigada. **Com a palavra Agustinho Alves (Grupo Semente):** Boa noite a todos. Eu vim pedir a palavra para defender a minha supervisora, porque ela em todas as minhas reuniões do local e do regional mesmo não tendo quorum ela se encontra presente, então eu acho que é o seguinte isso aí vocês tem que pensar, porque ela inclusive até no regional ela vem e traz o filho dela e fica aqui com a gente e se a gente sair daqui 22h00min ela está aqui junto, então eu acho que vocês têm que pensar bem e ver, e tem que ter no caso ou a hora extra e para mim a compensação porque se ela falar comigo como Presidente do Conselho Local “Agustinho eu vou tirar as minhas horas amanhã”, eu na mesma hora falo com ela “Tira tranquilo” porque ela estava junto comigo e eu sei o que ela estava fazendo, agora isso aí eu estou dizendo pelo seguinte ela fala comigo, não é dizer que no caso eu estou deliberando para ela fazer, mas eu concordo que ela tire porque se ela veio em todas as reuniões e está alí cumprindo eu acho que vocês no caso deveriam, porque simplesmente vocês a tiram de lá e lá fica o dia inteiro sem supervisão na unidade. Por que vocês podem fazer isso no caso deixar uma unidade sem supervisão? E agora três horas que ela fica com a gente vocês não estão querendo nem dar folga e nem fazer um pagamento de hora extra para ela, é só isso que eu tenho a declarar, obrigado. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria/AAPEM):** Boa noite. Primeiro eu queria só chamar atenção que a nossa discussão não é com as supervisoras, a gente não pode desfocar porque a pauta não é sobre as supervisoras até porque toda generalização é injusta porque nós temos, igual hoje tem trabalhador aqui presente mesmo que em número ínfero mais tem pessoas aqui que se comprometeram numa semana de carnaval a sair das suas casas, do seu trabalho cansado, e vir aqui para poder discutir saúde pública, então toda generalização ela é injusta, a nossa supervisora participa de todas as reuniões, na regional até que ela não aparece muito Agustinho mais no local ela está lá todo mês e fica até tarde se precisar. Então eu queria só voltar a focar no assunto da pauta que é a questão da participação dos profissionais, a supervisora é governo e nós estamos falando pontualmente de profissionais que são aqueles que não exercem a função de livre provimento porque não é governo, e que tem por lei federal que compor os conselhos porque o conselho ele é paritário ele tem outros segmentos que não é só usuário, ele tem o governo, ele tem o prestador no caso do Municipal, o Local não, ele tem os usuários que são a maioria e têm os profissionais, se a gente for estender aqui tem usuário também que entra em eleição e não volta nunca mais e não faz nem reunião, então o negócio vai ficar feio se a gente começar a mexer aqui. A questão dos profissionais é importante e não tenha dúvidas disso, porque eles assim como a supervisão da unidade são os agentes que mais nos dão substâncias para a gente poder trabalhar, eles dão para nós base para a gente poder trabalhar, eles precisam de nós quando o negócio está pegando e eles se lembram da gente para a gente poder fazer as defesas porque às vezes o confronto deles com a gestão é arriscado, a gente tem que cumprir o nosso papel de representante da comunidade para poder comprar alguns confrontos que são do interessa da comunidade e que não são pessoais, e a gente faz isso aqui nesse Conselho muitas vezes sem dúvida nenhuma. E Jorge parafraseando o que você falou, a gente já está e vai dar 9 ou 10 anos nesse litígio sem solução, eu acho que a gente pode sim tentar ter uma conversa com o chefe do Poder Executivo porque ele tem o poder de determinar, porque o que eu estou percebendo e aí eu não vou falar o que o Guido falou mais ele tem razão as pessoas estão escorregando e empurrando uma para as outras, não vem aqui dar a cara delas nem que seja falar um não ou um sim, existem preocupações de outros conselhos também acharem que tem o direito sendo que os outros conselhos eles se reúnem no horário de expediente, o nosso Conselho e a saúde é tudo diferente e todo mundo sabe disso, então um olhar e uma questão mais especializada para saúde é justo sim, eu acredito que a sua proposta de ir até o Prefeito é legal, mas se também não vingar eu acredito que nós temos que aprazar essa situação, se não vingar nós temos que tomar realmente medidas em outras esferas de poder porque caso contrário nós vamos passar aqui até na nossa aposentadoria no Conselho e nós vamos ficar aqui discutindo participação ou não de trabalhadores. E não podemos deixar de considerar que eles também têm as suas particularidades, há de conversar com eles, muitos não participam porque realmente ficam cansados, esgotados, não tem nenhum tipo, porque em outras reuniões que eles participam eles têm retorno ou eles têm hora extra ou banco de horas, então a gente tem que pensar isso também, a gente não pode enfiar a faca no pescoço das pessoas e ignorar que elas têm as suas particularidades, mas é importante isso e todo mundo aqui falou e é verdade, eles são elementos importantes para a composição do Conselho e eu sempre falo que não existe subordinação entre segmento, nenhum é mais importante que o outro, mas o segmento que mais tem o dever de lutar é o nosso de usuários porque somos nós que sofremos no dia a dia a mazelação da saúde pública, e o segundo segmento são dos trabalhadores porque eles estão lá na infantaria, na assistência no dia a dia, enfrentando dificuldades, agressividades, Thiago todo dia a gente tem aí registros e você sabe disso, então é importante que eles realmente tenham estímulos para poder participar do Conselho junto com a gente, vai ser muito bom um Conselho que está composto e funcionando, obrigada. **Com a palavra Regina Mara (Sindicato dos Odontólogos):** Eu trabalho na UAPS de Ipiranga, eu sou dentista lá e faço parte do Conselho há mais de 10 anos. Por quê? Porque ninguém quer entrar para o Conselho Local de Saúde, sou eu e só mais uma funcionária, e de repente a gente já está no cansaço e não quer mais participar mais sempre a gente acaba voltando e nós representamos 22 funcionários da unidade, eu não quis falar antes porque eu já estou cansada também do mesmo assunto de defender que tem que ter o

banco de horas, porque eu acho que é muito melhor a gente ter um horário, que esse horário é à noite, e que a gente está lá possa desfrutar em outro dia ou emendar um feriado porque eu acho que não vai atrapalhar o nosso trabalho na unidade, porque a gente já trabalha direito e lida bem com o usuário eu acho que isso não vai atrapalhar em nada. Eu não sei se pode dentro da lei porque eu não conheço a lei, de repente não seriam todas as horas e todas as reuniões, eu pensei isso, de repente um número "X" de horas anuais, eu não sei se isso pode Thiago, mesmo que a gente participe de muitas mais tenha um número de repente para não ficar também com muitas horas a tirar, eu pensei isso também, então a gente também pode fazer uma coisa dessas e não tenho o ponto biométrico lá para a gente colocar mais isso está em ata, inclusive eu sou a secretária eu que faço o porquê, não tem pessoas que conseguem também fazer a ata isso tudo também acarreta algumas coisas não ter o próprio funcionário lá também, é complicado também, então eu acho que tem que ser os três mesmo, o governo e tudo direito, o profissional, porque caso contrário não funciona, eu penso isso. **Com a palavra Armando Ananias (Região Sanitária 3):** Boa noite a todos. Eu venho aqui porque quando se fala em gerente, quando a gente tem uma gerente competente na equipe de saúde nós temos que defendê-la, e eu estou aqui defendendo a do meu bairro porque felizmente em todas as reuniões ela está, a Adriana não deixa de participar das reuniões. O que está sendo discutido aqui já foi muito discutido, eu aprovo também tudo o que foi discutido aqui eles tem que ter sim, isso aí é antigo e nós temos que ver uma coisa porque nós estamos acabando com o Conselho Local, quem está acabando com o Conselho Local é o Conselho Municipal, é a própria Secretaria de Saúde, porque muitas coisas que se discute aqui numa reunião, duas, três, quatro, não são resolvidas e ficam os documentos aí e lendo e lendo documentos. E o que está acontecendo? Nada, o Conselho antes tinha decisão e resolvia as coisas, hoje em dia se resolve sim e não vamos dizer que não, resolve sim mais é lento porque parece que ninguém quer ouvir o conselheiro e se não tiver Conselho Local não tem Conselho Municipal também, então nós temos que ter muito cuidado com isso aqui porque vejam bem a situação que está tendo nas reuniões, ontem nós estivemos aqui aprovando as coisas até 22h00min da noite. Quantos conselheiros tinham aqui para aprovar no final? Meia dúzia de conselheiros ou nem meia dúzia, quando alguém às vezes fala que nós estamos ferindo o nosso regimento e realmente estão ferindo sim, porque qualquer um de nós lá atrás pode levantar o cartão e falar que não pode votar mais porque não tem quorum. Nós às vezes segurando para que? Para poder aprovar as coisas, porque nós que somos usuários o que nós queremos é uma saúde boa, nós queremos é ajudar porque não ganhamos nada nós estamos aqui voluntários, então a gente quer ver as coisas fluírem, eu no meu bairro tenho passado uma grande dificuldade porque há tempos atrás antes de desmanchar a UBS Thiago, foi o Secretário de Saúde lá e eu não vou citar o nome e falou com o pessoal que o dinheiro para fazer a UBS de São Benedito estava lá, ele foi infeliz nisso, até hoje eu sou cobrado dentro do bairro sobre isso "Mas o Secretário de Saúde falou que o dinheiro já estava lá, que já estava até no bolço", quer dizer hoje a obra está lá, e a obra hoje não está parada porque tem alguém correndo atrás, o Jorge é um que corre atrás, a Mesa, o Conselho aqui, muita gente aqui sabe e correm atrás, eu estou sempre vindo aqui cobrar eles, a obra está andando porque o Prefeito já falou que não quer que pare a obra lá, ontem uma conselheira falou que a obra não estava andando porque na reunião que nós tivemos antes de ontem foi uma discussão calorosa lá, porque essa conselheira também que é de São Sebastião ela fez um pedido aqui da UBS dela lá que está caindo, afundando, buraco, a parede já caindo a maça, até hoje não olharam para lá, é só isso e muito obrigado. **Com a palavra Maria Madalena (AAPEM):** Boa noite. É uma discussão muito importante e eu tenho que falar, eu sou testemunha quando o Jorge falou aqui de 2009 das nossas lutas, a gente vem lutando há muito tempo Samantha e volto a falar o nosso Bairro Industrial ele caminha de mãos dadas com os profissionais e com a nossa gerente, então a gente tem que falar, agora tem lugar que a gente vê que não caminha e nós ficamos tristes. Por que quantos conselheiros usuários têm aqui e os demais representantes? Isso entristece a gente, está na hora Jorge da gente convocar aqui é o Prefeito para ele estar presente aqui e mudar também a convocação de chamar os Secretários e eles não vêm, eles estão pensando que a agente está brincando de ser conselheiro, nós estamos aqui e nós somos o braço direito deles sejamos nós usuários, profissionais, gerentes, trabalhadores, a gente está lutando por uma cidade melhor, uma saúde melhor, mas se a gente ficar só engolindo "Sim senhor" nós não vamos nunca passar para melhorar mais a nossa saúde, e eu vou te falar Jorge o que a gente ouve aí nós estamos sentindo que querem acabar com os conselhos, não só os Locais porque se acabar os Locais conforme foi falado acaba o Municipal e por aí vai, ontem nós tivemos o momento aí e quanta coisa que não passou aqui para o nosso Conselho então a gente pede a Deus, eu sou criticada por falar em Deus, que nos abençoe e que nos dê força, fé e coragem. E eu quero aproveitar esse momento aqui Beth e pedir desculpas a vocês por ontem quando eu falei em primeiro lugar o Jardim da Lua, mas eu torço muito por vocês lá com a Unidade Básica e a luta que nós tivemos no Bairro Industrial para a gente ter a nossa unidade lá do jeito que está foi muito grande, porque nós tínhamos uma área de invasão lá e tinham vários moradores lá com casa e nós conseguimos, e outra coisa já se falava que Presidente de bairro e Conselho de Saúde não tem que caminhar juntos, mais tem sim lá de mãos dadas, nós conseguimos e temos lá a nossa unidade que em vista hoje é muito boa e os profissionais ela fica melhor ainda, então que você leve a minha desculpa lá ao pessoal do Progresso porque vocês merecem e com certeza se precisar de nós lá para lutar nós estamos juntos, obrigada. **Com a palavra Maria Alaíde (Região Sanitária 3):** Boa noite a todos. Eu vou falar o seguinte lá no meu Bairro São Sebastião quem abre lá é a faxineira, eu não tenho nada contra a faxineira mais é ela quem abre. E outra coisa, o Prefeito quando foi eleito pela segunda vez ele falou que estava disposto a fazer de tudo para nos ajudar, aí eu vou fazer uma pergunta bem idiota, aqui no Conselho ele não veio eu acho que nem uma vez e se veio no dia infelizmente eu não estava. Nós não podemos convocar ele para a gente pedir o que nós estamos precisando? Nós todos de todos os bairros que estão aqui pedir aquilo que nós estamos precisando para o nosso bairro, se eu estiver errada que vocês me desculpem, muito obrigada. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Eu não sou advogado de defesa, mas também companheiro Subsecretário Thiago o plano diretor dentro dessa

discussão de supervisão ele veio prejudicar as condições de participação das supervisoras, porque na Região 6 toda a supervisão participa. Quais são os impasses que estão acontecendo Thiago? Nós temos o calendário das reuniões fizemos o calendário, coincide naquele dia da reunião uma reunião do plano diretor você as convoca, trocamos as datas das reuniões e parece que o Thiago estava olhando essas datas, eu não sou advogado de defesa nem de acusação Thiago, mas eu acho que o maior empasse que está das supervisões estar participando é o plano diretor, e quero deixar aqui a defesa da supervisão da Região 6 que é a qual eu represento porque elas são muito participativas, agora o plano diretor teve essas pequenas divergências, muito obrigado. **Com a palavra Marília de Lourdes (UNIJUF):** Eu só quero falar uma coisa, na nossa unidade nós temos uma excelente coordenadora que é a Cris e não temos o que falar, ela vai às reuniões e quem nunca foi é a médica, e agora nós temos um problema na regional porque eles mudaram o horário para de dia e não avisou ninguém, todo mundo alí do Conselho trabalha então ninguém pode ir porque elas trabalham de dia, então ninguém está indo no Conselho Regional porque mudaram sem perguntar a gente quem podia e quem não podia, a Cris e as meninas vão na regional de dia porque elas estão no serviço e vão, a profissional vai e as duas trabalhadoras, mas o usuário não vai e já estou avisando de uma vez, agora lá na unidade nem que seja 12 ou 15 pessoas mais a Cris vai e as meninas que é agente de saúde que vão também, aliás o que falta lá é só a unidade porque a equipe é boa demais. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Maria da Região 3 a gente não convoca o Prefeito, nós convidamos o Prefeito e fazendo justiça ele já esteve aqui sim num amplo debate com esse Conselho, inclusive o compromisso e eu não tenho nenhum problema de criticar e elogiar mais o compromisso que ele firmou com relação as emendas parlamentares ele foi até o fim, inclusive ele chancelou a homologação feita pela Secretária de Saúde, então as emendas parlamentares que não tiveram objeto definido serão obrigatoriamente aprovadas por esse Conselho. Eu acho que o encaminhamento está feito, eu quero deixar claro aqui que em nenhum momento o Jorge fez qualquer acusação à supervisão das unidades, o que nós falamos aqui é que está na resolução 86 que a participação da supervisão da unidade nos Conselhos Locais a reunião e na Regional é inerente a sua atividade está implícito, ela não tem direito a compensação porque pelo fato dela exercer a supervisão 2 e me parece que é R$ 1.080, eu não sai quantos que é, como representante governamental na unidade elas tem que estar lá porque é a voz em voto da unidade. A nossa grande dificuldade e eu acho que não tem outra solução é ir até o Bruno e dizer “Bruno nós estamos diante de um impasse”, para ele chamar a Andréia Goresck a Secretária de Administração, chamar o Edgar que tem a sua história dentro da saúde e que sabe quais são os nossos problemas, e dizer que vamos procurar uma solução, que vamos resolver esse impasse, porque eu vou repetir e quero que conste em letras garrafais se não resolver vamos ter que ingressar em juízo porque não vai ter condição, eu vou fazer uma pergunta, Guido está lá no regimento do Conselho Local que você ajudou a construir. Uma das atribuições do Conselho é sentar com quem? Com a equipe para fazer o que? Planejar as ações da unidade. E que equipe que você vai sentar? Equipe de 1? Então nós estamos com um problema muito sério que a administração não percebeu ainda do problema que pode causar, eu vou mais além para que o Município receba recurso, e vou pegar uma carona com o Armando, nós temos um diferencial dos demais conselhos desse país dos 27 conselheiros 17 conselheiros são da base dos Conselhos Locais e Regionais e os outros 10 saem das entidades, você não vai fazer paridade com 10 entidades, se você não tiver o fórum que elege o conselheiro usuário para estar aqui não haverá conselho, e aí a Regina sabe muito bem que a gente até já respondeu a auditoria dizendo que nós somos responsáveis por manter o conselho paritário, eu falei “O senhor me desculpa, mas eu vou discordar do senhor”, então o problema é mais sério do que se imagina, e finalizando é só a Secretaria e a Prefeitura dizer se é banco de horas ou é hora extra, não tem discussão e está encerrada, faça o que o Dr. Zé Geraldo fez e eu não vi ninguém ser questionado com relação a isso, só isso e não tem muito que discutir. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Na época o que o Dr. Zé Geraldo fez Thiago a única coisa que ele pediu é que nós fôssemos guardiões da situação, só isso, quer dizer vocês são responsáveis se vir e se não vir, se vocês deixar assinar o livro como vim à responsabilidade é de vocês, então quer dizer seremos responsáveis, então eu tenho o entendimento que eles estão fazendo um trabalho sim, é um trabalho para comunidade eles levarem a informação, levar os problemas que está tendo, a gente precisa e é muito difícil, eu vou falar com vocês de verdade eu não posso falar do meu Conselho Local porque lá participa até quem não é conselheiro, as agentes de saúde participam, dentista participa, o médico participa, então eu não posso falar, mas eu falo isso por causa dos documentos que eu tenho que responder aqui Jorge. **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário da Atenção Primária a Saúde):** Mas essa é a questão porque não é a SAPS que resolve, eu vou só fazer um esclarecimento rápido, eu sei por conta da outra pauta, eu já havia me manifestado com relação à importância do Conselho Local de Saúde, inclusive nós fomos através do plano diretor altamente beneficiados do Conselho Local de Saúde porque essas pautas eram obrigatórias terem sido discutidas no Conselho Local como à agenda programada e serem aprovadas aqui no Conselho e no fórum, então o Conselho Local foi de extrema relevância. Também manifestei aqui o entendimento que não é o entendimento jurídico porque eu não tenho capacidade postular juridicamente da Prefeitura, mas eu entendi e manifestei está gravado nas três últimas reuniões que é sim extensão de jornada, porque não se pergunta Regina questões que não sejam do seu trabalho. Alí é uma reunião de que? É uma confraria de que? Para discutir sobre o que? Alí é uma reunião do Conselho de Saúde, então vamos discutir sobre a sua agenda, vamos discutir o porquê tem um problema tal, o porquê não tem o medicamento tal, ou seja, aquilo está, portanto onerando uma carga horária àquele trabalhador, confesso que eu não tenho conhecimento do documento já manifestado em 2009 da Simone Porcaro, mais é verdade Jorge é questão de interpretação e insisto que eu também não tenho capacidade de interpretar, eu entendo que é sim de extrema relevância o Conselho Local de Saúde que justificaria a compensação, mesmo porque é fácil deduzir isso a relevância ela está estabelecida e não é nem por nós é por uma lei que antecede a do Município a 8142, aquela lei orgânica de 90 que instituiu a participação dos conselhos o controle social, ou seja, inclusive dessa mesma lei ela trata

de dois componentes importantíssimos o controle social e logo em seguida o financiamento, veja que curioso, então ela vincula o controle social na aprovação inclusive para sobrestar ou não o repasse financeiro, e também a Mesa Diretora a negociação do SUS, então não tenha dúvida que seja relevante. É relevante também na perspectiva em que grande parte Regina das discussões, e eu participo muito de reunião de Conselho Local, que são tratadas lá são resolvidas pelo seguinte Madalena as relações de Conselho Local com a equipe quando harmônicas, eu brinco que não é que aquelas unidades deixam de ter problemas e tem como qualquer outra, mas se resolvem os problemas de maneira mais harmônica, de maneira mais adequada, sem prejuízo àqueles que demandam a unidade porque aquele senhor José, aquele senhor João, aquele usuário que usa a unidade e que não sabe nem que existe a Dona Adelina, não sabem nem o que é Conselho de Saúde, ele quer chegar lá e ser bem atendido, então tem um grupo que se organiza para discutir problemas em que ambas as partes são problemas simples de serem resolvidos, então eu faço esse destaque para ficar claro também que a posição da Subsecretaria de Atenção Primária ela não é uma posição decisória, porque não compete a SAPS falar "Vai ser definido como hora extra ordinária, portanto sendo assim vincula-se ao decreto do biométrico e desconta-se como banco de horas", eu já falei aqui o meu entendimento é esse só que não sou eu que defino isso, é a SARH como o Jorge já disse. Vejam bem, feito esse esclarecimento, eu inclusive brinquei aqui com o Dr. Gilson Salomão que nós invertemos o papel, eu estou defendendo exatamente que seja hora extra ordinária, mas há um posição no Conselho dessas 2 ou 3 últimas reuniões de que há uma posição do Sindicato de recomendar a não participação de profissionais, e aí é exatamente a minha preocupação pelo seguinte porque nós vamos começar agora o fórum de novo de validação do plano diretor e tem me parece eleição também de Conselho, ou seja, corre-se o risco de não ter PDAPS e corre-se o risco de não ter eleição, eu estou defendendo novamente aqui a posição da SAPS que é essa que reconhecemos como hora extra porque alí não se discute, eu posso estar equivocado, mas não se discute questões alheias àquela unidade, não é nem a saúde é aquela unidade, as discussões são focadas e são as melhores reuniões que tem porque são focadas àquela unidade. Agustinho é só um cuidado que nós temos que ter é o seguinte, quando nós estamos discutindo aqui e estamos chamando os órgãos competentes para falar assim "Decida", concordando com a certa impulsividade do Guido mais é isso mesmo nós estamos chamando para decidir, nós não podemos na ausência dessa decisão tomar essas decisões, por exemplo, quando você fala "Eu delibero direto com a supervisora" é óbvio e é natural que haja esse diálogo, eu inclusive recomendo que haja esse diálogo direto com o Conselho Local quando há algum imprevisto, algum problema, alguma intercorrência, mas vamos ter cuidado para não colocar também essa relação direta com o Conselho Local porque amanhã o supervisor pode ter descontado o seu contracheque porque eu combinei com o Conselho Local "Então você cobra do Agustinho essa diferença do seu salário", então é só para que a gente deixe claro que também o Conselho Local não tem competência deliberativa, então nós estamos aqui falando de maneira aberta e transparente também no sentido de não colocar nesse empasse decisões para aqueles que não têm competência de tomar, porque aí pode gerar prejuízo Regina, aí evidentemente quando lá se descontados "Mas eu combinei", a SARH não vai querer saber disso, só fazer esse destaque. Aí não perdendo a oportunidade também de fazer alguns esclarecimentos Cosme, o PDAPS não está boicotando as reuniões do Conselho Local de Grama, é meramente uma coincidência porque a reunião do Conselho de Grama diferentemente de grande parte dos outros é na parte da manhã é no horário de funcionamento da unidade assim também como a Centro Sul, então pode ser que algumas horas coincidam mesmo ou não só do PDAPS mais outra reunião, mas de forma alguma nós estamos pegando o calendário aqui com a Regina ou com o Jorge e vamos marcar o PDAPS pode ter certeza que não é, mesmo porque eu também participei das últimas reuniões lá no Conselho de Grama. Então eu finalizaria dizendo o seguinte, a SAPS não tem autonomia para decidir sobre isso mais ela se posicionou, e se posicionou com relação à manutenção do Conselho Local de Saúde e as participações dos profissionais Roberto, reconhecendo que isso é uma atividade extra ordinária e que assim sendo faz valer a lei 8.710 no artigo 64 que diz sobre hora extra ordinária a compensação no banco de horas, essa é a posição. É um informe certamente porque trazendo para pauta não se delibera pauta trazida do mesmo dia, nós estamos em discussão desde o final do ano passado com o Jóquei 2 Regina, uma experiência piloto que já vem sendo há algum tempo requerida por vários setores em especial os usuários que é a questão do horário de fechamento das UAPS na hora do almoço, então eu vou prestar o informe e ao mesmo tempo solicitar uma pauta para março onde eu queria apresentar como que será feito lá em Jóquei 2, claro como uma experiência piloto para que a gente possa ir expandindo nas demais unidades. Já saliento, os princípios da legalidade que rege a carga horária funcional não se alteram, portanto o funcionamento das unidades a exemplo de Jóquei 2 e essa discussão que a gente já travou lá com a equipe e com o Conselho Local ela é transformada em escalas, são escalas de horários dos quais esses horários preenche também o horário do almoço, Belo Horizonte, Rio, Curitiba, municípios que tem atenção primária robusta não fecham na hora do almoço, tem um indicador também que nós vamos ser avaliados em abril que é o indicador do PAMQ que é o recurso que a gente capita do Ministério da Saúde para pagar o plano diretor, tem um indicador que é também essa questão da estrutura organizacional da unidade que é o horário de funcionamento. Então o informe basicamente é o seguinte, a nossa intenção é fazermos uma pilotagem no primeiro momento através de adesão, por exemplo, Ipiranga tem dificuldades porque nós temos critérios para fazer isso, Ipiranga tem dificuldade porque lá sendo tradicional não tem equipes e estou pegando um exemplo só para destacar os critérios, o que nós faríamos era uma escala por equipe, também não daria certo em Jardim da Lua porque lá é uma equipe, porque esse critério que nós estamos estabelecendo é um critério de escala para aquelas equipes de saúde da família acima de duas equipes, no primeiro momento é o que nós temos para iniciar essa ação. Então vejam, funciona muito bem em Belo Horizonte e eu fui conselheiro de saúde de Belo Horizonte e fiquei lá conselheiro por 2 anos, participei ativamente das discussões relativas desse tema e funciona muito bem desde que e aí eu vou trazer o plano diretor de novo a mesa, se aquela unidade seguir rigorosamente a programação

da agenda de cuidados a população a atenção a condição crônica, ou seja, se eu tenho os meus diabéticos, os meus hipertensos, as minhas gestantes, as minhas crianças, eu programo elas no meu horário de funcionamento, e acima de tudo funcionará muito bem se nós cumprirmos na risca a portaria 2404 que é o fluxo da demanda espontânea, ou seja, na escala onde está aquela equipe ela atende essa demanda organizando ela pelos critérios de acesso, então funcionando essas duas portarias a que regula a agenda programada e a que regula o fluxo da demanda espontânea a unidade pode funcionar de maneira ininterrupta sem horário de almoço, e sem implicar nas questões relativas ou há aumento de pessoal em virtude do cenário evidentemente, e também não implicaria em uma escala ou um aumento de jornada do trabalhador que nem poderia, e aí diria desse informe que no mês de março eu apresentaria o modelo dessa escala. E eu falei com o Jorge mais cedo e já havia remetido essa discussão anteriormente que nós precisávamos de uma aprovação, de uma deliberação, porque nós estamos mudando uma resolução, há uma resolução no Conselho Municipal de Saúde que determina o horário, então nós temos que deliberar sobre essas exceções porque caso contrário à resolução vamos assim dizer perde o seu efeito, não podemos passar por cima dela, então Jorge é mais um passo Regina no sentido de vamos assim dizer ampliar o acesso nós estaríamos ampliando o acesso dos usuários inclusive em regiões bastante longínquas como, por exemplo, Barreira do Triunfo, a própria Unidade de Jóquei 2, Filgueiras, onde o horário de 2 horas esse trabalhador não tem condições, por exemplo, o Dr. Hugo lá de Barreira do Triunfo ele mora no centro e ele não tem condições de vim almoçar e retornar para Barreira do Triunfo nem certo aquelas pessoas que moram lá em Jóquei 2, eu conversei com os médicos lá e eles sentam lá e tem um problema porque os usuários passam e vê que eles estão lá dentro e chamam de palavrões, batem na porta, falam que eles não querem trabalhar, e é horário de almoço, falam que estão negando socorro, o médico está dentro da unidade Regina e tem um cidadão passando mal ele pode ser processado por omissão de socorro, então isso gera uma série de constrangimentos inclusive violam o direito que é o direito do intervalo para o horário do almoço, eu vou pedir a pauta para março então, portanto faria esse requerimento com relação a pauta. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Realmente eu e o Thiago nós fizemos essa reunião porque estava tendo uma polêmica e foi um sucesso o pessoal adorou a proposta e saiu daqui feliz, o Conselho saiu feliz, os trabalhadores saíram felizes, e com certeza aquela comunidade foi muito beneficiada, eu achei aquilo ótimo também. O que a gente vai colocar em votação é agendar uma reunião com o senhor Prefeito para discutir esses assuntos, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Agora nós vamos passar a palavra para a Viviane. **Com a palavra Viviane (Chefe do Departamento de Assistência Farmacêutica):** Boa noite. Nós pedimos essa pauta porque houve uma normativa nova do Estado que vem mudando as formas de gestão do financiamento da Assistência Farmacêutica e as formas de aquisição, e uma das questões a gente precisa passar essa aprovação e essas metodologias novas pelo Conselho, eu vou fazer uma introdução rápida para entender o que era antes e o que o Estado está propondo a partir de agora, e aí a gente começa a discutir se realmente vale a pena ou não vale a pena. A gente tem duas portarias que regulamentam o financiamento da Assistência Farmacêutica a nacional e a CIB nova, as duas falam sobre a forma de financiamento, as responsabilidades, o que a gente pode ou não pode fazer dentro dessa questão na atenção básica, para ficar fácil nós fizemos esse fluxograma. Como funciona hoje? O recurso ele é tripartite com responsabilidade da União, do Município e do Estado, hoje o dinheiro da União e o dinheiro do Município são geridos por nós, a União manda mensalmente aquele dinheiro e eu posso fazer a aquisição de todos os meus medicamentos, o do Estado ele me repassa em medicamentos, ele não me dá dinheiro e isso funcionou até 2015, em agosto de 2015 eles lançaram uma deliberação nova que ele sugere três formas de financiamento, o parcialmente decentralizado no Município que é justamente o que a gente é, recurso da União e do Município no Município e o dinheiro do Estado no Estado, o totalmente centralizado no Estado que são para municípios que não são gestão plena porque o Estado ele gere todo o recurso e são normalmente municípios menores, e o centralizado no Município que é a novidade deles que eles passam a sugerir que o Município receba o dinheiro tão bem do Estado e faça a gestão tripartite, então a partir desse momento ele me dá a possibilidade de receber as três verbas diferente e a gente fazer a gestão do dinheiro aqui, até essa deliberação isso era apenas um modelo e não era uma obrigação o município que tivesse interesse de aderir aderia ou não de acordo com as nossas possibilidades e interesses, e aí quando foi em novembro de 2016 ele propõe de novo a mudança de aquisição e me sugere um incentivo para eu começar a aderir à ata de registro de preço dele com a possibilidade de comprar medicamentos de forma mais fácil, com valores mais baixos. Por quê? Na licitação, uma licitação para o Estado inteiro a gente consegue comprar medicamento mais barato essa era a sugestão, e aí ele fala dessa questão da regionalização da Assistência Farmacêutica que é a cooperação técnica do Município para aquisição de medicamento aderindo à ata, e prevê a possibilidade de novo de aderir à centralização ou não dos recursos, e aí ele para facilitar e convencer os municípios ele sugere que quem fizer adesão da ata vai receber um incentivo a mais de R$ 0,35 centavos per capita por ano, hoje o recurso do Estado é R$ 3,00 per capita e dá mais ou menos R$ 1.500.000 por ano, tendo esse acréscimo de R$ 0,35 centavos a gente teria mais R$ 184.000 por ano que não é um valor considerável visto o custo hoje de medicamento, e aí a gente teria que fazer essa solicitação, passar pela aprovação do Conselho e o recurso viria a cada três meses de acordo com o calendário deles que também não está estipulado, e quando foi agora dia 31 de janeiro a gente recebe o memorando circular da SES que estingue a forma decentralizada e obriga compulsoriamente à adesão a gestão centralizada, e mantem a questão da adesão à ata de registro de preço com esse incentivo financeiro. Está um pouco contraditório porque ao mesmo tempo em que ele diz que eu posso ou não posso aderir, ele vem e compulsivamente obriga a gente a aderir à questão do recurso dentro do Município e pede a aprovação do Conselho, então hoje a gente vem justamente para mostrar essas mudanças, falar das dificuldades que a gente tem hoje e que vocês são testemunhas que a gente vem discutindo há anos que é o não cumprimento total dos recursos dele, a questão do atraso dos medicamentos, esse valor que é insuficiente comprovado em todas as nossas discussões aqui

por vocês que estão na ponta que vê as dificuldades que a gente tem de aquisição, e aí é isso que a gente precisa discutir se o Município tem interesse ou não tem interesse, e como nós vamos fazer já que é uma obrigação a questão da gestão, as datas já foram ultrapassadas de acordo com o calendário deles, mas a gente só conseguiu essa discussão aqui agora, aí foi um quadro que ele compara uma coisa com a outra mais eu não vou ficar falando porque o assunto é basicamente esse o nosso interesse ou não. E aqui mostra esse gráfico e que eu já apresentei também mais eu acho legal eu falar de novo, esse aqui foi o investimento de medicamentos tanto do Estado quanto da União e do Município em 2016, o verde para vocês terem ideia é o valor obrigatório das contrapartidas e o azul é o valor realmente investido, então a União a gente recebeu e gastou em torno de R$ 2.600.000 por ano, o Estado a obrigação dele é aquele R$ 1.500.000 que eu falei e ele só investiu R$ 1.363.000, a obrigação do Município que é R$ 2,36 que dá R$ 1.240.000 a gente investiu R$ 4.738.000 isso mostra consideravelmente que o aporte do Município é sempre muito maior, e a dúvida que a gente vai ficar com relação à centralização do recurso, é se depois que o recurso vier a gente vai poder realmente discutir e pedir um aumento desse valor. Como que vão ficar as discussões? A obrigação vai cair definitivamente só no Município ou o Estado continua sendo ou não sendo solidário? Então é uma coisa que a gente vem discutindo inclusive com as fitas de glicemia que os recursos são insuficientes, o Estado realmente me entregou tudo o que eu pedi, mas não é tudo o que cumpre as minhas necessidades, então isso é o só o ilustrativo. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria/AAPEM):** É difícil para mim Viviane e a gente conversa muito sobre isso, a gente está num impasse grande com o Estado porque no dia 07 de fevereiro eu estava na reunião da CIR quando eles colocaram essa proposta lá para os gestores, e eu causei um grande tumulto lá na reunião porque alertei a todos os presentes que essa é uma situação que o Estado está simplesmente lavando suas mãos, empurrando para os municípios um passivo muito grande que só vai onerar ainda mais os municípios todos eles, aí ficou todo mundo lá ouriçado e entendeu, o Oleg não gostou muito porque é um grande problema que nós temos também que o Estado não está presente para poder fazer as suas contrarrazões porque é um debate que o Estado tem interesse porque a proposta é deles. Mas o que eu tenho a dizer é que eu sou contra, eu peço aproveitando a minha fala já encaminho para a gente ser contra, eu não sei se vai ter muito efeito porque como a Viviane falou muito bem eu li esse monte de papel é tudo isso, aquele ofício eu recebi, eu tenho recebido também os comunicados considerando que a gente está em confronto direto com o Estado por conta da questão das fitas e agora vamos ter com medicamento, e uma linguagem mais simples para todo mundo entender porque às vezes as terminologias são muito técnicas é o seguinte, o Estado vai mandar um valor não corrigido, um valor utilizando uma per capita de habitantes ultrapassado que não condiz com a realidade, um valor que vai comprar remédio para um ou dois meses, uma linguem bem simples. E o restante dos meses quem vai comprar os remédios? Porque o dinheiro não vai dar, as fitas eles programaram fitas para seis meses, chegou no início de fevereiro e o povo está rindo atoa mais já acabaram, o pessoal vai começar a reclamar na Ouvidoria e com vocês porque já acabou, a Uni Health já não tem nenhuma unidade de fitas para ferir glicemia porque já acabou e eles falaram que mandaram para seis meses, aí eles lavam as mãos deles e se alguém quiser, alguém que eu falo é o povo, ou compra ou a Prefeitura vai ter que tirar dinheiro do Tesouro Municipal para poder dar conta desse passivo, dessa sobre carga que vai restar, e que não é pouca Viviane, eu até gostaria de saber se tem condições de você falar para nós o diferencial financeiro que isso significa, porque das fitas nós sabemos porque nós tivemos que fazer e não é o nosso papel mais a gente tem interesse e compromisso de dar retorno para sociedade, nós fizemos até o orçamento para poder ajuizar a ação que nós ajuizamos aí contra o Estado, e é um aporte de R$ 3.000.000 que o Estado não vai mandar só das fitas, vocês imaginam são R$ 3.000.000 e eles estão mandando R$ 200.000. Os outros R$ 3.000.000 quem vai pagar é o Município? A gente é que vai comprar? Vocês estão entendo como que o negócio é sério? Se as fitas é esse valor dos medicamentos deve ser três vezes mais, eu estou chutando, então eu peço já na minha fala que nós não aprovemos isso em hipótese alguma porque é um absurdo, é uma indecência, mesmo que não surte efeito, mas acho que a nossa posição ela tem motivação e ela tem que ser justa. Obrigada. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Para quem acompanha a política vocês estão vendo que é uma arapuca, uma armadilha, para pegar o Município de Juiz de Fora, pensa nas 94 cidades que estão aqui dentro de Juiz de Fora, e esse governador está doido para jogar uma arapuca aqui para nós, mas nós não vamos cair nisso e nós não vamos aprovar esse plano dele, eu gostei muito da fala da Samantha a gente tem que ir para as reuniões com maldade, a gente não pode ir para reunião tranquilo e achando que vai dar tudo certo, tem que ir com maldade na cabeça para ver o que o outro quer fazer de bom e o que ele quer fazer de ruim, isso que ele quer fazer é tirar o corpo dele e deixar a gente marchar sozinho com o dinheiro do Município e da União e ele fica de fora, na hora que começar a faltar ele simplesmente fala assim “Agora a responsabilidade é do Município de Juiz de Fora”, e os 94 municípios que pagam todo mês e agora deve ser R$ 800.000 porque era R$ 700.000, que cada município paga para ter assistência aqui em Juiz de Fora, então o município paga para ter uma assistência médica aqui com remédio e na hora que ele vai lá não tem isso. Aí o que ele faz? Sacramenta o Prefeito do Município de Juiz de Fora e ele fica numa boa, então da minha parte não pode aceitar esse proposta, é devolver para ele de papel passado, muito obrigado. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Na verdade eu entendi alí que eles já decidiram por nós. Concordam? Novamente eles vêm para o Conselho e traz uma coisa que o Conselho tem que aprovar e que eles já decidiram lá como que vai ser, mas eles já tomaram a decisão, aí a minha pergunta Viviane e eu também tenho o mesmo encaminhamento nós não temos condições, primeiro que a gente já coloca mais do que a gente tem que colocar, eu não sei como que fica e aí eu queria que você me explicasse porque tem uns medicamentos que são da responsabilidade do Estado. Eu queria saber se continuaria isso ou se também isso viria para nós? Porque o que eu estou entendo é que eles estão dizendo o seguinte “Município o problema é seu, eu vou mandar mais R$ 0,35 centavos e você fica com o problema aí”, eles não estão nem um pouco preocupados com o que está acontecendo, não vou nem falar de Juiz de Fora é Juiz de Fora e todas

as cidades, Juiz de Fora às vezes eu até falo assim "Até que ainda está bem" porque o que a gente vê de reclamação desses municípios porque falta tudo, e ninguém está ouvindo a gente, e a gente ainda tem um pequeno problema, quando o Guido falou da questão da assistência as pessoas que vem aqui fazer consulta vamos supor de média complexidade que são encaminhados para cá os pactuados, eu não sei como que é essa situação, eu não sei se eles também Jorge pode ir na farmácia e pegar o medicamento deles, se eles vão embora com medicamento. Por que o que diz que eles não podem se eles estão com uma receita nossa? Então isso sempre foi uma preocupação minha porque se eles vêm e a receita deles é do Pam porque a gente está sempre faltando medicamento, a minha posição eu não sei Samantha eu estou falando isso aqui mais eu não sei porque já tomaram uma decisão, eu não sei se a nossa decisão vai valer ou não, mas Jorge eu acho que a gente pode se manifestar sim, não é assim, tem que saber se o Município quer, ele tem que fazer uma pergunta "O Município quer? Não, eu não posso", não fez e mandou e faz. O que é isso? Então é muito esquisito isso. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Viviane eu não sou da área. O que é a insulina análoga de ação rápida para tratamento da diabetes mellitus tipo 1? O que é isso? Engraçado porque a portaria 10 de 21 de fevereiro de 2017, ou seja, terça-feira a CONITEC fica incorporada a insulina, ela incorporou, saiu agora. Então como que você vai se arriscar a assumir uma política de Assistência Farmacêutica do componente básico se a cada momento você tem a inserção de novas drogas e novos fármacos? Isso é um risco muito grande, e para te ser muito sincero com R$ 10,00 per capita você não faz política de assistência farmacêutica nem aqui e nem alí, porque se eu falar no Japão é muito longe e ninguém vai lá, então o meu encaminhamento também é contrário, nós não temos que aprovar isso. Nós podemos até dizer o seguinte, qual é a logística e a mão de obra que o Município teria para fazer essa compra? Vamos esquecer que você vai ter que utilizar o registro de preço do Estado, e para utilizar registro de preço não é uma coisa tão simples assim "Me empresta a ata aqui que eu vou utilizar", você tem que ter um processo, mas aí eu pergunto a Prefeitura hoje de Juiz de Fora já compra o medicamento da farmácia básica da REMUME com o recurso Federal e o recurso Municipal, em termos de mão de obra pouco influenciaria mais é o risco, e aí tem um negócio a partir de agora a responsabilidade passa a ser sua e aí você só vai receber o recurso há três meses, o Estado está falido, o Estado está quebrado, não garante política nenhuma, o governador veio a Juiz de Fora e ninguém ficou sabendo, ele foi ao batalhão e entregou carro e com carro você não faz segurança nenhuma, moral da história isso é uma arapuca e o Guido falou muito bem, nós não vamos entrar nisso. E só para finalizar, aí ele fala aqui o artigo 3º da CIB 2416 fala e essa é a nossa participação, "Os municípios que não optarem pela adesão a estratégia da regionalização, deverão obedecer aos seguintes critérios cumulativamente", está na 24, está aqui "Ser município com forma de gestão parcialmente centralizada no Município" somos, "Ser Município com gestão dos prestadores de média e alta complexidade" somos, "Possuir relação municipal de medicamentos essenciais" possuímos, "Aprovar no Conselho" e é engraçado porque eles não colocam discutir e deliberando, eles colocam aprovar, não é aprovar, "Aprovar no Conselho Municipal de Saúde e na CIR para posterior homologação na CIB a mudança para forma de gestão totalmente centralizada", vejam só quando você fala totalmente centralizada no Município significa, Viviane me ajuda a entender isso aqui, "Para posterior homologação na CIB a mudança para forma de gestão totalmente centralizada do Município". O que é gestão totalmente centralizada no Município? **Com a palavra Viviane (Chefe do Departamento de Assistência Farmacêutica):** É justamente essa que a gente vai receber o recurso do Estado inclusive, o totalmente centralizado no Município o Munícipio passa ter a gestão sobre os três recursos. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Então é essa que nós vamos optar nós vamos receber o recurso, nós não queremos, olha o engano do negócio, eu não sei eu vi uma maldade aqui, ele fala assim "O Município que não optar pela adesão a estratégia da regionalização, deverão obedecer aos seguintes critérios cumulativamente", eu estou falando de uma CIB 2416 de 17 de novembro de 2016, eu não consegui entender isso aqui, isso aqui é uma cilada "Aprovar no Conselho Municipal de Saúde e na CIR para posterior homologação na CIB a mudança para a forma de gestão totalmente centralizada no Município". Como que é isso? **Com a palavra Viviane (Chefe do Departamento de Assistência Farmacêutica):** Essa é uma questão que a gente também está em dúvida, porque ele fala que o conceito da estratégia de regionalização é essa questão justamente da cooperação técnica da aquisição aderindo à ata, e a segunda coisa é sugerindo ou não a questão da centralização do recurso, então o nosso entendimento inicial é que eu tinha duas coisas para decidir se eu quero, uma receber o recurso do Estado e fazer as nossas compras todas no Município e a segunda coisa é aderir a ata ou não, então o nosso entendimento interpretando a legislação é que eu tinha duas coisas para decidir ou eu decidia as duas ou uma delas ou nenhuma, e aí na verdade na hora que ele coloca aqui ele dá entender que a regionalização é justamente a centralização do recurso e não é, e aí a gente fica justamente com essa dúvida porque na portaria ele me deixa a opção de escolher e no documento que ele manda com o calendário ele coloca que a gente tem que aprovar no Conselho Municipal de Saúde a mudança na forma de gestão, então nem o Estado no nosso entendimento sabe o que é, se quer que a gente aprove aqui a centralização do recurso ou se quer que a gente aprove aqui a adesão a ata e comprando com os recursos do Estado, então nesse momento as informações estão muito frágeis. Pode ser que seja uma boa opção? Pode, mas nesse primeiro momento o Estado não sabe responder as nossas dúvidas, a gente não sabe como vai funcionar isso, então a nossa preocupação é a responsabilidade recair toda sobre o Município e a gente não ter mais saída. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Eu queria só te fazer mais uma colocação porque tem a ver, porque a resolução da SES 5558 de 23 de dezembro de 2016 ela fala "Institui o incentivo financeiro de forma complementar para o apoio diagnóstico assistencial e laboratorial, assistência farmacêutica", e isso me chamou atenção porque tem mais um negócio aqui dentro, Juiz de Fora tem R$ 1.277.153,20, resolução 5558 de 23 de dezembro de 2016 é um presente que eles deram, então é muito confusa as deliberações e o meu voto também é pela não adesão a essa proposta do Estado. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria/AAPEM):** Além da gente não aprovar eu acho que a gente tem que

provocar o Estado também, porque igual a Regina falou a nossa não aprovação eles já direcionam que é para aprovar, mas a gente não sabe que efeito vai ter, eu acho que a gente tem que fazer a não aprovação e você que é bom na redação dar um jeito para a gente provocar o Estado também porque a gente tem que saber do Estado o porquê que eles criam, tudo deles é "Os gestores deliberaram" e não, deliberação não é lei, não é norma, eu já até falei isso com o Oleg lá também que deliberação não é lei e a gente tem que ser ouvidos sim, a gente que eu digo nós como conselheiros e principalmente como usuários. E se a gente não quiser? A nossa gestão pública tem que ouvir o nosso desejo também, a gente não quer que o Município assuma isso porque a gente sabe que é um prejuízo ainda maior, vai faltar ainda mais remédio do que já está faltando, é isso que eu gostaria de deixar antes que eu esqueça. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Companheira tudo está somando para que a gente possa imaginar o que eles querem, o que eu fico muito preocupado é o seguinte, o Estado fala de R$ 0,35 centavos e com R$ 0,35 centavos não se compra um pão. Que incentivo é esse? Então eles não estão preocupados com aqueles nossos irmãos que a qual nós estamos aqui representando, e outra o Conselho para eles é aquilo que eu sempre falei aqui é igual marido ou mulher traído vem "Vocês tem que fazer", e não vem nada para a gente discutir porque a forma Viviane que você chegou aqui no meu entendimento e se eu estiver equivocado vocês me perdoem, é que só quer a nossa aprovação para aquilo que a qual nós não sabemos o que vai acontecer, falaram aqui da fita os que me antecederam e nós estamos vendo aí os irmãos sofrendo com essa situação das fitas, agora vêm à totalidade em medicamento porque os medicamentos também hoje nós já estamos com essa situação porque nós que estamos lá na ponta é só reclamações e mais reclamações, eu acho que isso aqui é indiscutível porque nós não temos que aprovar aquilo que nós não sabemos, porque amanhã com a nossa aprovação então nós somos réus confesso, nós assumimos, nós aceitamos aquilo que nós não sabemos o que eles estão ditando o que vai fazer. Agora se o Estado está falido, se colocasse o nome lá quem colocou eu acho o seguinte, por exemplo, é igual os nossos irmãos que estão lá fora eu tenho que lutar por eles e não me pediram para estar aqui, então se eu estou aqui eu tenho que assumir assim aqueles gestores, não vem com esse negócio que eu peguei a instituição falida, e conforme o companheiro Jorge falou aqui carros novos para a polícia. Mas onde está o prédio que é hoje de responsabilidade dos três gestores? Porque cada momento é um hospital já foi Hospital Zona Norte, Hospital Estadual e agora é o Hospital Municipal ou vai ser Estadual, então é isso se preocupa falar em dar condições à polícia, mas a segurança nada e também na saúde muito menos, então o meu voto e eu acho que nem devemos falar que vai para votação porque já está rejeitado, muito obrigado. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Em 22 de dezembro esse Conselho falava sobre uma CIB Comissão Intergestora Bipartite 2164 de 19/08/2015, aí eles vão fazendo assim eles sentam lá e na próxima reunião eles mudam aquela, na outra reunião eles mudam outra, então você nunca sabe. Mas aí eu queria porque eu sabia que eu tinha lido em algum lugar forma de gestão, e aí Viviane é aí que ele, eu voltei aqui porque eu sabia que eu tinha lido em algum lugar a definição Totalmente Centralizado no Município TCM "Os recursos financeiros dos gestores Federal, Estadual e Municipal, são depositados no Fundo Municipal de Saúde e aplicados pelo Município na aquisição de medicamentos e produtos definidos no anexo 1 da relação nacional de medicamentos", esse é o Totalmente Centralizado no Município, eles mudaram isso porque eles não deixaram mais essa opção do parcialmente centralizado, eu estou tentando achar lá nas que vieram posterior e eu não achei, porque aqui eles te davam três opções e quando chega lá e alguém fala "Não, espera aí", Parcialmente Descentralizado no Município PDM "Os recursos financeiros dos gestores Federal e Municipal são depositados no Fundo Municipal de Saúde sendo aplicado pelo Município na aquisição dos medicamentos e produtos definidos na RENAME Relação Nacional de Medicamentos vigente, o Estado fica responsável pela aplicação dos recursos relativos a sua contrapartida na aquisição e distribuição dos medicamentos e produtos definidos no anexo 1 e 3", o Estado então ele sai fora dessa logística que é caríssima porque são 853 municípios e te dá R$ 0,35 centavos, Totalmente Centralizado no Estado e isso aqui nem vai existir se bobear mais, "Os recursos financeiros dos gestores Federal, Estadual e Municipal, são depositados no Fundo Estadual de Saúde sendo aplicados pelo Estado na aquisição e distribuição dos medicamentos e produtos definidos como anexo", e aí essa última versão aqui essa última condição Juiz de Fora já foi, quando na época do Dr. Celso Matias, João Paulo Baccara, o nosso recurso era depositado no Estado e vinha medicamento quando vinha, então era a grande luta que faltava e aí eu queria só esclarecer isso. **Com a palavra Maria Madalena (AAPEM):** Samantha eu quero te parabenizar pela sua fala porque falou muito bem, e é isso mesmo que nós temos que fazer. Uma vez eu estava em Belo Horizonte e o Jorge nem era o nosso Secretário ainda era a Gracia, aí teve uma discussão lá e tinha um médico que ele estava com câncer lá de São Lourenço, então ele foi falar sobre esse negócio dos medicamentos, então eu estava na plenária aí um conselheiro falou assim "Aqui a plenária não fala", aí eu levantei e falei assim "Mas eu não sou a plenária, eu sou conselheira municipal de saúde da cidade de Juiz de Fora e o que ele está falando é certo", porque se ele estava alí era um direito que ele tinha e por ele ser médico ele tinha o salário dele, mas ele não estava em condição de fazer o tratamento que era caríssimo porque todo mundo sabe que a medicação para as pessoas portadoras de câncer é muito caro. E outra coisa também, que os demais falaram aqui que nós temos que fazer valer o nosso direito, e quando o Jorge fala aí e a gente é conselheira e a gente não tem o curso superior, mas tem o conhecimento. E o que acontece? Quando esse repasse das verbas para o Munícipio, e teve um caso uma vez também de uma paciente moradora de Juiz de Fora e ela também estava com um problema de câncer, aí ela tinha parentes que moravam lá em Três Rios, então ela foi para lá e veio referendada de lá para ser atendida aqui em Juiz de Fora, então foi aí Samantha que começou esse repasse de verbas das cidades que são atendidas, eu vou procurar em ata se eu tenho isso na minha casa quando eu citei esse exemplo porque passou a se cobrar porque os municípios, por exemplo, internou alguém de Três Rios aí ele está referendando a verba para o tratamento dessa pessoa, então muito obrigada a todos que me antecederam aqui é isso que nós temos que ser conselheiro para valer, para aprender e para estar informando a nossa comunidade,

desculpe se eu não falei bem, se eu não falei direito. **Com a palavra Viviane (Chefe do Departamento de Assistência Farmacêutica):** Eu vou fazer rápido só para a gente terminar, Samantha eu não consigo te falar hoje qual vai ser o aporte de medicamento a mais com relação à gestão centralizada, mas de tira de glicemia só para ter uma ideia hoje é R$ 0,50 centavos per capita que dá R$ 263,000 por ano, no preço que o Estado comprou que foi o último que a gente recebeu o quantitativo dava para um mês e meio de consumo, se for no preço que nós compramos aqui porque a gente não conseguiu aquele recurso do ano passado a gente precisaria investir R$ 3.000.000 a mais por ano para conseguir adquirir fita de glicemia para suprir a necessidade da população, e hoje o nosso orçamento não contempla esse valor e o dinheiro que a gente tem hoje na nossa LOA para medicamento não dá para tirar e investir nas tiras de glicemia, então esse impacto vai ser tanto quanto para o medicamento, mas o medicamento eu não tenho o valor preciso. Regina só para esclarecer, o medicamento a gente tem o básico que é esse tripartite o Município, União e o Estado, e tem o especializado que é o Estado e a União, esse não altera nada que são os medicamentos de alto custo aqueles que os pacientes pegam na GRS e a insulina glargina, esse que a gente está contabilizando aqui é o medicamento básico que vai para atenção primária, que vai para os departamentos do núcleo de redes, que vai para farmácia central que é onde a gente tem uma gama maior, são os medicamentos em tese mais baratos, mas que a gente tem o consumo praticamente para população toda. E eu não sei te responder como fica se não for aprovado aqui porque a gente tem um documento que diz que a gente precisa vir e aprovar aqui para que isso funcione, em contrapartida num telefonema com a Katiuscia que é a nossa farmacêutica eles disseram que não, que a centralização é uma definição do Estado e que a gente está vindo aqui para aprovar ou não aprovar a adesão da ata, então eu realmente não sei mais a minha obrigação enquanto assistência farmacêutica é trazer o problema para nós e a gente levar o que for decidido aqui para o Estado também, e a Viviane farmacêutica não acha que nesse momento isso é uma boa saída, eu acho que a gente como não tem as respostas do Estado e como eu falei está tudo muito frágil pode ser um grande problema para nós nesse momento. E outra coisa que me assusta porque vejam bem, depois da deliberação eu acho que todo mundo ficou com muitas dúvidas e eles lançaram uma cartilha de perguntas e respostas, e uma das coisas que a gente coloca aqui de dúvida é que ele vai estipular o calendário tanto para o repasse quanto para aquisição, se o dinheiro vem para mim eu sei a minha necessidade e o período que eu preciso fazer o reabastecimento. Como é que eu vou seguir o calendário do Estado? Essa pergunta também nós fizemos e não tivemos retorno. Pode ser que seja dentro da nossa necessidade? Pode, mas hoje a gente não sabe isso, e nessa pergunta e resposta Jorge ele coloca uma coisa que não está em nenhuma deliberação oficial, a nova política de Assistência Farmacêutica do Estado pela deliberação 2416 extinguiu o modelo centralizado nas formas de TCE que é o centralizado no Estado e o PDM que é o nosso que é o parcialmente que a gente recebe do Estado, eu acho que era isso que tinha para falar, e os medicamentos que só o Estado fornece por enquanto não houve alteração fica no Estado. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Na sua fala eu fui viajando aqui lá no Estado. Quem estava na CIB representando o Município de Juiz de Fora? Nós temos que ver isso, porque se Juiz de Fora se fazia presente na CIB e não manifestou posição contrária precisamos saber Viviane, porque quem não está aqui hoje vai concordar com o que nós decidimos, a minha pergunta é se Juiz de Fora se fez presente nessa CIB que faz toda essa modelagem e não manifestou voto contrário, porque a CIB é gestor, a CIB se não for a Beth ela deve ter alguém que representa e isso aí eu queria que você verificasse, por favor, porque aí Regina nós temos que antes de atirar saber se nós vamos dar o tiro a acertar quem realmente tem que acertar. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria/AAPEM):** Eu falei aqui que tudo deles quando a gente vai questionar é "Mas os gestores aprovaram" eles respondem isso, mas eu tenho uma conceituação que deliberação não pode ser acima da lei e não pode sobrepor as nossas necessidades. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Nós ficamos numa sinuca de bico, os conselhos são deliberativos e aí talvez pela inveja por esse poder todo do movimento do social, eles passaram através do decreto 7.508 a dar o caráter deliberativo as Comissões Intergestoras tanto na CIB Estadual como na tripartite, então eles usurparam de uma competência que até então eles não tinham, Regina é um decreto presidencial que regulamentou uma lei federal. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Mas aí eles colocam lá em baixo sem prejuízo para os conselhos, lá no final está escrito sem prejuízo para os conselhos. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria/AAPEM):** Porque eu estava lá na CIR e eles já estão atrás Jorge, porque na verdade eles tinham até ontem para poder enviar a decisão do Conselho na aprovação, só aprovação, eles tinham até ontem para enviar porque a reunião lá da CIB vai ser já dia 8 de março e eles decidiram que até ontem o Município como os outros tinham esse prazo para os conselhos aprovarem, queriam até fazer umas reuniões paralelas e eu falei assim "Não, de jeito nenhum" a gente tem pauta no final do mês como foi o caso de hoje, então eu sugiro ainda que seja comunicado oficialmente amanhã e pode ser através da Cláudia Nicoline que é a chefe do Núcleo de Assistência Farmacêutica aqui listado ou do próprio Oleg que nós não aprovamos, para eles terem tempo inclusive de enviar antes do dia 8 de março que é o dia que a CIB vai bater o martelo sobre isso, é importante que a gente force e é muito boa a sua colocação para alguém da cidade estar lá porque segundo informações que eu tive Juiz de Fora está bem ausente nas reuniões da CIB. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** É cansativo. Como a discussão ela vai ter um desdobramento de embate eu acho que e eu estou propondo, não estamos deixando para que eles decidam, mas comunicar ao Ministério Público a nossa decisão tanto no campo do Dr. Rodrigo comunicar informando que o Conselho deliberou. Por quê? O Estado poderá arguir a nossa decisão uma vez que eles arbitrariamente na CIB e ao Dr. Gilmar que é o CAL Saúde. O que nós vamos fazer? Nós vamos mandar o balão de ensaio por aí e aí eles vão ter que chamar a gente para conversar, é medida de precaução porque eles podem arguir o Ministério Público numa decisão do Estado, mas o Conselho é que decide. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Todo mundo entendeu o que a gente falou aqui? O dinheiro todos nós vimos aqui que ele é insuficiente e do jeito que eles mandaram porque eles não vêm para uma consulta, eles estão dizendo

"Aprova", e a gente corre o risco de aprovar e aí nós também não vamos ter dinheiro para colocar o dinheiro que eles vão deixar de colocar aqui dentro, e aí a Viviane colocou alí muito bem quando ela fala o seguinte que eles vão definir o calendário de quando eles vão mandar o dinheiro e não quando nós vamos ter a nossa necessidade, então quem concordar com a não aprovação e com o encaminhamento da nossa decisão para o Ministério Público e para os demais, favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Muito obrigada e boa noite. **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.**